# SEMINÁRIO DE ESTUDOS SOBRE GÉNERO E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Lisboa, 18 e 19 de Outubro de 1999

[Organização: CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego;
CISEP (Centro de Investigação Sobre Economia Portuguesa);
CESIS (Centro de Estudos para a Intervenção Social)]

*Cristina Milagre*
Inofor

O Seminário teve como objectivo comemorar os 20 anos da CITE e da criação das leis de igualdade em Portugal. Dos temas debatidos, destaco quatro grupos de questões de entre as que estão na ordem do dia e que me parecem pertinentes na reflexão acerca da igualdade de oportunidades no nosso país.

## 1

Em Portugal, o acentuado crescimento da taxa de actividade feminina não foi acompanhado por dois aspectos essenciais: nem por um acréscimo na responsabilidade dos homens pelas tarefas domésticas, nem por uma melhoria substancial nas políticas de família. Neste contexto, a presença maciça das mulheres no mercado de trabalho resultou numa sobrecarga de responsabilidades e, por consequência, na degradação da qualidade de vida das próprias mulheres e das famílias que da sua disponibilidade dependem. Este enorme quadro diferencial do papel das mulheres e dos homens na vida doméstica, especialmente no apoio a dependentes, assenta, sobretudo, nas representações sociais mais comuns que remetem as tarefas domésticas para a responsabilidade exclusiva das mulheres. Estas representações levam também a que a maioria dos/as empregadores/as considere que há, da parte das mulheres, uma menor "fidelidade" à instituição em que trabalham por terem que, por vezes, priorizar outros interesses (familiares) que não os do local de trabalho. A responsabilidade das tarefas domésticas condiciona, assim, a actividade laboral das mulheres, ao nível do seu investimento pessoal e das reais possibilidades de ascensão na carreira profissional.

É importante referir, no entanto, que os principais problemas específicos das mulheres portuguesas no mercado de trabalho (discriminação salarial, maior precariedade dos vínculos laborais, responsabilidade exclusiva das tarefas domésticas e consequente dificuldade na conciliação destas com o investimento profissional) estão também contextualizados em problemas mais vastos que advêm da globalização e das economias de mercado que produzem empresas

competitivas assentes em trabalhadores/as exclusivos/as, dedicados/as e dependentes (o binómio *mercados estáveis —trabalhadores/as instáveis*). Não têm lugar, neste mercado de trabalho competitivo, outras dimensões de cidadania, como a participação na vida familiar, cultural, política e cívica. Neste sentido, a conciliação família-trabalho é uma questão civilizacional actual e de qualidade de vida.

Esta *negação* do exercício activo de outras dimensões de cidadania, que não só através do emprego, tem por base uma sobrevalorização do trabalho remunerado, esquecendo-se o trabalho não remunerado que, na maior parte das vezes, assegura o primeiro. Cada pessoa pode investir na sua experiência profissional na medida em que estão asseguradas a organização e manutenção de alguns aspectos de sobrevivência (alimentação, vestuário e higiene, habitação). Devido à forma como nas nossas sociedades estão tradicionalmente divididas as responsabilidades, a qualidade de vida da maioria das famílias assenta na disponibilidade de tempo das mulheres. O trabalho doméstico, além do seu valor social, tem também um valor monetário para os orçamentos familiares e para o PIB de um país, valor esse que nunca foi considerado e que um dos estudos apresentados tenta contabilizar.

## 2

Neste contexto de exclusividade feminina das responsabilidades associadas à vida privada, surge uma necessidade de olhar para o exercício da paternidade. Este depende das opções individuais do pai e da relação entre este e a mãe dos/as filhos/as, mas também de um debate público que urge fazer-se acerca desta questão. Neste sentido, as políticas de família, além de criarem medidas de apoio à maternidade e à paternidade, devem promover nos pais uma nova reflexão acerca do seu papel no cuidado dos/as filhos/as e dos/as restantes dependentes.

A este respeito, e numa sociedade na qual é menos recente esta reflexão pública, é interessante referir um curioso exemplo de uma empresa sueca que assumiu suportar os custos financeiros da licença de paternidade por considerar que o exercício de responsabilidades paternais é favorável ao desenvolvimento de algumas das competências de base actualmente exigidas no trabalho (referidas como *career standing style of fatherhood*).

## 3

O quadro legal português, bastante evoluído no que diz respeito às questões da igualdade de oportunidades, não é suficiente em matéria de práticas reais, pelo seu desconhecimento por parte dos/as cidadãos/ãs e pelas dificuldades práticas em aplicar ou fiscalizar o seu cumprimento. Mas, para além da ideia generalizada de



um quadro legal quase perfeito em matéria de igualdade de oportunidades em Portugal, há ainda aspectos na legislação que têm que ser aperfeiçoados.

A par da evolução em termos de legislação, nestes últimos 20 anos progrediu-se também bastante ao nível da investigação científica e do conhecimento da realidade social, tendo havido uma importante sensibilização e envolvimento do meio académico nestas questões. A igualdade de oportunidades passou também a ser um aspecto valorizado na agenda política portuguesa e no diálogo social.

## 4

A igualdade de oportunidades não diz só respeito às mulheres, já que o que está em causa é a promoção do bem-estar social. São necessárias medidas que favoreçam a igualdade evitando, por exemplo, sectores produtivos demasiado feminizados ou masculinizados. Há que ter em atenção, no entanto, que as representações sociais, de homens e de mulheres face aos homens e às mulheres, não são neutras nem simétricas, sendo, por exemplo, mais frequente os homens serem valorizados em sectores ditos "femininos" (*eg.* educação, ciências sociais) que as mulheres em situações inversas (*eg.* engenharia, metalurgia, construção civil). A igualdade de oportunidades diz também respeito à complexidade de questões colocadas pela etnia/nacionalidade, classe social, territorialidade, deficiência/excepcionalidade, ecologia, etc.

Neste seminário, apresentaram-se três estudos que abordam as questões de género e de igualdade de oportunidades ao nível de três áreas específicas: vivência e uso do tempo, economia portuguesa, vivência da paternidade (estudos coordenados por Heloísa Perista e Margarida Chagas Lopes e editados pela CITE). A existência de estudos de âmbito específico é sinal da evolução que se faz sentir ao nível da investigação, reflexão e debate público à volta destas questões. Os dados por eles levantados apontam, também, os caminhos que ainda há a trilhar no trabalho de dignificação de todos/as os/as cidadãos/as na nossa sociedade.